

Uruguai: novo realinhamento partidário ou toda democracia de partidos sólida se desmancha no ar?

Guilherme Simões Reis¹ 

¹Professor da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rio de Janeiro, RJ. Brasil.

E-mail: guilherme.s.reis@unirio.br.

Nathália Lopes² 

²Mestra em Ciência Política pela Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rio de Janeiro, RJ. Brasil.

E-mail: nathaliadlps@gmail.com.

Bases de dados: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/6384NR> 

INTRODUÇÃO

O sistema partidário uruguaio sempre foi exemplo de estabilidade no continente. Entretanto, apesar de pouco tempo para conclusões mais definitivas, as últimas primárias e eleições gerais nacionais uruguaias dão indícios de que o sistema partidário do país está sofrendo uma reconfiguração significativa. Não na mesma proporção que as implosões já ocorridas em países como Venezuela, Bolívia, Equador e Colômbia, mas ainda assim marcantes para um sistema político estável que tinha sua base em seus dois partidos tradicionais e, desde a redemocratização, também na Frente Ampla.

Se a solidez dos partidos uruguaio sempre foi marcante, outro elemento observável é que o Uruguai acompanhou mudanças ocorridas no Brasil. Na onda dos golpes militares dos anos 60 e 70 no Cone Sul, a República Oriental teve seu golpe cívico-militar de 1973 (seguido pela própria destituição pelos militares do ditador civil Juan María Bordaberry em 1976), que levou a uma sangrenta ditadura até 1985. Na redemocratização dos anos 1980, assim como José Sarney no Brasil, os uruguaio tiveram no colorado Julio María Sanguinetti um direitista liderando um “governo de união nacional” mais moderado (Chasqueti e Moraes, 2000; Chasqueti, 2000; Lanzaro, 2003a).

Na década de 1990, tal como no vizinho maior, o Uruguai teve os governos de neoliberalismo mais agudo, com alternância partidária dentro da direita (o blanco Luis Alberto Lacalle foi sucedido pelo segundo mandato do colorado Sanguinetti, e este por Jorge Batlle, seu adversário interno no partido). Após as piores sociais, com queda na renda da população e duplicação do desemprego e da pobreza (Buquet e Chasquetti, 2005; Carracedo e Senatore, 2016), o país também participou da fase conhecida como “onda rosa”, quando três eleições presidenciais seguidas foram vencidas pela Frente Ampla, a primeira e a última com Tabaré Vázquez e a segunda com Pepe Mujica. Hoje, novamente, os passos se assemelham aos do Brasil: fragilização dos partidos estabelecidos, num cenário de lideranças pouco renovadas, e guinada conservadora, com a emergência da extrema direita, de grupos que rejeitam partidos, a política ou a clivagem direita-esquerda, e do militarismo de tipo bolsonarista.

Este artigo sintetizará inicialmente as características históricas do sistema político-partidário uruguaio. Na sequência, após breve discussão conceitual remetendo à literatura especializada internacional sobre desalinhamento e realinhamento, tratará do surgimento de novos partidos e das mudanças internas nos lemas estabelecidos, com base principalmente em análise qualitativa dos dados.

O SISTEMA POLÍTICO URUGUAIO

Desde 1836, 11 anos depois da independência do país, todos os presidentes do Uruguai foram do Partido Colorado ou do Partido Nacional – tipicamente assumindo o poder de forma violenta no século XIX, com raros momentos de disputa pacífica, até a formação de uma efetiva poliarquia em 1918 ou 1919, como observam Chasquetti e Buquet (2004) –, o que só mudou com a vitória da Frente Ampla em 2004. A vantagem colorada sobre os blancos, como também é conhecido o Partido Nacional, no entanto, foi clara: só nos anos 1950 estes venceram pela primeira vez os rivais na disputa democrática pela Presidência, o que fez o cientista político Giovanni Sartori (1980) considerar o Uruguai como um sistema de partido predominante, dado que o triunfo eleitoral blanco de 1958 deu fim a 93 anos de governos colorados (Bottinelli et al, 2012:899). A hegemonia colorada nas eleições presidenciais, no entanto, era contrabalançada em um arranjo “consociacional”, em que “os vencedores não levam tudo”, com equilíbrio na votação e com arranjos de co-participação e “acordos transversais” entre governo e oposição, que possibilitavam

“poderes compartilhados” (Lanzaro, 2003b:50-51). A perda da maioria tanto na Câmara de Senadores como na Câmara de Representantes ocorreu, inclusive, bem antes da derrota na eleição presidencial, e só seria revertida a partir do autogolpe do presidente Gabriel Terra em 1933 (Chasquetti, 2018; Bottinelli et al, 2012)¹. O impacto dos dois partidos tradicionais e suas relações de mutualismo foram sintetizados por Moreira (2000:31) nesta passagem:

Os partidos políticos uruguaios “históricos”, o Partido Nacional e o Partido Colorado, antecederam a própria formação do Estado-nação, constituíram-se em fontes de identificação e em referências culturais para os cidadãos, consolidaram um sistema bipartidário que teria uma duração muito longa, e construíram o Estado uruguaio, ao final das guerras civis em 1903. Dividindo o país em duas metades, o Partido Nacional, com suas bases rurais, e o Partido Colorado, com suas bases urbanas, souberam conviver reinventando fórmulas de acordo que viabilizaram a governabilidade do Uruguai, e também conviveram na armação das conspirações que resultaram nos dois golpes de Estado e que souberam reunir direitas “blancas” e “coloradas”, ainda que o Partido Nacional só tenha conquistado a primeira magistratura em 1958.

O único período em que não houve eleições e os partidos políticos estiveram fora do poder foi o regime militar iniciado nos anos 1970 e encerrado com o chamado Pacto do Clube Naval em 1984 (Chasquetti; Buquet, 2004). De acordo com Lanzaro (2003b:47): “O sistema partidário uruguaio, originalmente um sistema bipartidário com uma história de 150 anos e um alto grau de institucionalização, gozou de longos períodos de prosperidade. Porém experimentou um período de dificuldades durante a década de 1930 e uma grande crise nos anos 60, que terminou num rompimento da democracia.”

Na eleição de 1994, quando houve quase um empate tríplice (32,3% para o Partido Colorado, 31,2% para o Partido Nacional e 30,6% para a Frente Ampla), o antigo bipartidarismo em que se baseava o sistema político uruguaio deu lugar, nas palavras de Yaffé (2005), a um “multipartidarismo bipolar”. Seguiram sendo dois blocos, mas agora, nos termos de Lanzaro (2003a), surgia uma nova “política de blocos”: enquanto ambos os partidos tradicionais se uniam em um deles, à direita, inclusive apoiando-se nos segundos turnos, no outro estava a Frente Ampla, com quase metade das preferências.

A despeito de terem sido historicamente dois partidos a conseguir mais de 90% dos votos e a disputarem efetivamente o poder, e até recentemente três partidos ou “lemas” em tal situação, o sistema político uruguaio foi marcado por grande divisão interna das agremiações partidárias em facções ou “frações” (Altman, 2000; Reis, 2011). Os dois partidos históricos sempre foram muito fracionados, mas seus líderes temiam que isso resultasse numa atomização em um fragmentado multipartidarismo, razão pela qual já em 1910 foi instituído o duplo voto simultâneo: o eleitor votava em um partido (ou lema) e, então, optava por um sublema dentro do lema escolhido e por uma das diferentes listas desse sublema. Preservaram-se assim as divisões internas dentro do bipartidarismo; a legislação eleitoral “combina ao mesmo tempo uma primária com uma eleição geral, possibilitando aos eleitores a escolha entre facções dentro dos partidos concorrentes” (Morgenstern, 2001:239). Nas palavras de Yaffé (2005:58), é “o mecanismo pelo qual os partidos uruguaios puderam manter sua unidade e comparecer às eleições como tais sem que isso impedisse a expressão eleitoral de suas numerosas correntes internas”. Ou, conforme conclui Buquet (2003:318): “A adoção do duplo voto simultâneo em 1910 correspondeu explicitamente ao interesse de que a divisão interna dos partidos não afetasse sua chance eleitoral [... pois] este instrumento permite ao mesmo tempo a unidade partidária e a competição interna.”

Desde a introdução da atual lei eleitoral em 1997, cada partido ou “lema” decide seu único candidato presidencial por meio de primárias abertas, com voto facultativo de todos os cidadãos inscritos no Registro Cívico. As primárias de todas as agremiações partidárias ocorrem simultaneamente, seis meses antes da eleição geral (Lanzaro, 2008). Partidos que não atingem 500 votos na primária não podem participar da eleição presidencial (Reis, 2011).

Lanzaro (2008:914) explica que, “para evitar o ‘transfigurismo’ dos perdedores [da primária], na mesma temporada eleitoral os candidatos não estão autorizados a mudar de partido”. O autor acrescenta que o vencedor da primária de um partido será o pré-candidato mais votado que superar os 40% dos votos nessa disputa com no mínimo 10 pontos percentuais sobre o segundo colocado ou que atingir maioria absoluta; caso nenhum dos pré-candidatos obtiver esse resultado, uma convenção do partido, surgida das próprias internas, escolherá entre os dois primeiros candidatos em uma votação normal e pública. As eleições para a Câmara de Senadores seguem atreladas à presidencial,

não sendo permitido o voto em diferentes partidos; os pleitos para a Câmara de Representantes, por sua vez, são atrelados à lista escolhida para o Senado.

Os partidos têm, historicamente, grande fragmentação interna e isso refletiu as regras eleitorais do país. Mudanças nas correlações internas dos partidos sempre ocorreram. Ainda assim, nos termos do presente artigo, o sistema partidário uruguaio pode estar sofrendo profunda alteração. Isso é sinalizado não apenas pela emergência de um quarto lema muito mais significativo do que qualquer outro fora do bipartidarismo tradicional à exceção da Frente Ampla, como por uma modificação inédita nessa correlação interna de forças. Ou seja, o provável realinhamento do sistema partidário do Uruguai tem tanto um aspecto interpartidário como um intrapartidário, como será explicado mais adiante. O fortalecimento de um “antipartidarismo” também pode sinalizar um desalinhamento do sistema, conforme será detalhado.

OS CONCEITOS DE REALINHAMENTO E DESALINHAMENTO

Dalton e Wattenberg (2000) observam que os partidos teriam a função de simplificar as escolhas para os eleitores, educar, informar e persuadir os cidadãos em matéria de política, gerar símbolos de identificação e lealdade e mobilizar os eleitores a participar. Algumas dessas funções estão diretamente ligadas à identificação partidária. Dalton e Wattenberg (2000:6) afirmam que “em um sistema político estável, os eleitores precisam de uma âncora política e os partidos políticos podem ter essa função [...] criando continuidades nas escolhas dos eleitores e nos resultados das eleições”.

Entretanto, Dalton (2000), ao medir a mudança no partidarismo em 19 democracias industriais avançadas, chega à conclusão de que na maior parte delas ocorria uma queda nos níveis de identificação partidária, ou seja, um desalinhamento partidário. O desalinhamento estaria fortemente relacionado à natureza do eleitorado contemporâneo, que se modificou com o processo de modernização que se deu nas sociedades industriais avançadas, em função da combinação de fatores como o crescimento da mídia de massa, a proliferação de grupos de interesse público e mudanças nos próprios partidos, que têm diminuído seu contato com os eleitores.

Esse desalinhamento, de acordo com Schmitt e Holmberg (1998), implica um declínio dos elementos estabilizadores do comportamento eleitoral, produzindo aumento da volatilidade eleitoral, além de contribuir para o surgimento de novos partidos, o que fracionaliza o sistema partidário, dificultando coalizões e o processo de formação de governo.

Para Crewe (1980), o desalinhamento de um sistema partidário é o primeiro de três estágios de seu realinhamento; seria seguido por uma eleição decisiva de realinhamento ou uma sequência de eleições e, por fim, por um período estável de consolidação. O autor considera que no desalinhamento ocorreria um enfraquecimento do maior ou dos dois maiores partidos, tendo como característica um aumento da volatilidade eleitoral entre as eleições e da volatilidade das preferências durante as campanhas em determinada eleição, além do aumento do voto dividido. Já o realinhamento seria uma alteração duradoura nas preferências partidárias do principal ou dos dois principais partidos, sendo evidenciado pelos níveis de identificação partidária no longo prazo ou no voto em uma série de eleições.

Meffert, Norpoth e Ruhil (2001) apontam que, para que haja um realinhamento, é necessário haver uma grande crise nacional que leve a um conflito no que diz respeito às políticas governamentais que devam ser adotadas, em que os principais partidos apresentem propostas contrastantes para sua solução, gerando um aumento da rivalidade ideológica, não sendo um simples efeito do apego pessoal a um candidato ou por pequenos erros cometidos pelo partido: “Em vez disso, a votação começa a refletir uma grande reorientação dos apegos partidários de longo prazo” (Meffert et al, 2001:954). Os autores ainda indicam que o realinhamento pode ocorrer por conversão do partidarismo no eleitorado ou em função de uma mudança geracional. Outro ponto importante é que o realinhamento pode causar uma alteração no perfil ideológico do eleitorado, enfraquecendo a voz de alguns grupos, enquanto fortalece a de outros.

De acordo com Sundquist (1973), o realinhamento partidário ocorre quando há uma redistribuição das lealdades partidárias, em qualquer escala ou ritmo, refletindo uma mudança na disputa partidária e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma nova clivagem partidária em um eixo diferente dentro do eleitorado. Para que o realinhamento ocorra, então, deve haver uma mudança da norma política, tendo como requisito a durabilidade, ou seja, não bastaria uma mudança

dos votos de um partido a outro em uma única eleição: deve haver também uma mudança nas lealdades partidárias dos eleitores. Assim, somente quando o processo estivesse finalizado seria possível definir se realmente houve um realinhamento.

Sinclair (1977:940) considera que o realinhamento seria uma resposta a uma questão nacional nova de grande relevância que atravessaria as linhas partidárias antigas, sendo passível de resolução pelo governo: “O novo alinhamento será duradouro apenas se a parte que se beneficiar da nova questão responder de uma maneira que a nova maioria considere satisfatória”. Assim, com o realinhamento um novo elemento seria adicionado à agenda política.

Discutido por Lanzaro (2003b), o primeiro realinhamento partidário no Uruguai foi a passagem “do bipartidarismo tradicional para um multipartidarismo moderado”, com a formação e o crescimento da Frente Ampla à esquerda, com posições mais estadocêntricas, e, à direita, os “decanos” Partido Nacional e Partido Colorado, crescentemente indiferenciados, com posições mercadocêntricas e privatizantes, sem, no entanto, que qualquer dos dois pólos fosse extremado. Segundo o autor, os dois partidos tradicionais se afastaram de seu perfil de “partidos de Estado” e das práticas do keynesianismo e do welfare state para uma agenda de “volta ao mercado”, com “reformas estruturais” e “dominada pelas tendências neoliberais”.

A Frente Ampla, por sua vez, tendia a “monopolizar as forças de oposição”, com “notável ascensão eleitoral (de 21% em 1984 para 40% em 1999)”. Segundo Lanzaro, isso se deu em função de se desenvolver como partido “catch-all” e “eleitoral” que compete pelo centro, com grande moderação ideológica desde a redemocratização (em contraste com seu nascimento em 1971), mas que combinou isso com a “estratégia oposicionista contra a liberalização e as privatizações”. Foi, assim, ainda na análise do autor, capaz de impedir “inclinação liberal mais pronunciada” das reformas, unificando como “partido de coalizão” todos os grupos de esquerda e mantendo a “fraternidade” com sindicatos e movimentos sociais. O crescimento da Frente Ampla foi respondido com um “processo de convergência” de blancos e colorados, que “arquitetam compromissos e coalizões”, nas palavras de Lanzaro (2003b).

De acordo com Buquet e Piñeiro Rodríguez (2019), longe de significar instabilidade e um alto nível de conflito, esse realinhamento partidário, com a configuração de dois blocos ideológicos diferentes (eles afirmam que o sistema político uruguaio seria um dos mais ideologicamente polarizados da América Latina), fez com que as disputas político-partidárias no Uruguai passassem de ser fundamentalmente clientelistas, como durante o bipartidarismo, para um sistema político em que a decisão do voto se dá em bases bem mais programáticas. Lanzaro e Piñeiro Rodríguez (2017) viam o caso uruguaio inclusive como o “contra-exemplo da *malaise*” que acometeria os cidadãos da região em relação ao sistema representativo.

REALINHAMENTO E DESALINHAMENTO NO URUGUAI EM 2019

Assim como a Frente Ampla, nascida em 1971 com a união de vários partidos e movimentos de esquerda, desde sua primeira eleição já representou uma mudança significativa dentro do ambiente eleitoral uruguaio, com uma terceira força à esquerda dando fim ao bipartidarismo, as eleições de 2019 podem indicar fenômeno semelhante, agora em relação à extrema direita, com o sucesso do *Cabildo Abierto*, e com inédita fragmentação partidária para os padrões do país.

A poliarquia uruguaia teve início, segundo Chasquetti e Buquet (2004), entre 1918 e 1919, quando a violência deixou de ser a tônica das disputas entre blancos e colorados. Ainda antes disso, forças partidárias fora do bipartidarismo tradicional obtiveram alguma representação parlamentar, mas como algo residual, o que se manteria até o surgimento da Frente Ampla em 1971.

Caetano (2019) observa que, após fracassar a estratégia socialista de se estabelecer como um sublema do Partido Colorado em 1905, os pleitos de 1910, boicotados pelos blancos, apareceram como oportunidade para “vários grupos de opinião, em particular católicos, liberais e socialistas”; assim, tanto a União Católica (posteriormente chamada União Cívica)² como uma Coalizão Liberal-Socialista lançaram listas de candidaturas. Em Montevidéu, de um total de 9.126 votos, o Partido Colorado recebeu 7.881, restando 351 para os católicos e 894 para a coalizão liberal-socialista; tal votação foi suficiente para que esta elege-se dois deputados: o liberal Pedro Díaz e o socialista Emilio Frugoni.

Em 1916, conseguiram se eleger para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) dois representantes do Partido Socialista, Frugoni e Celestino Mibelli, e um da União Cívica, Joaquín Secco Illa (Arocena; Marius Martínez, 2008; Bottinelli et al, 2012). Pode-se considerar, alternativamente, que aquele processo de seleção da ANC seja o efetivo marco do nascimento da poliarquia, pois, conforme descrevem Bottinelli et al (2012:62):

INSTITUI PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA ELEITORAL DO PAÍS O VOTO SECRETO, sem assinatura do eleitor ou qualquer marca que identifique o voto com a pessoa que o depositou na urna. O envelope de votação terá somente a assinatura do Presidente e Secretário da Mesa Receptora de Eleitores e, caso algum dos membros da Mesa tivesse dúvida acerca da identidade do eleitor, este deveria ser colocado em outro envelope, rotulado VOTO OBSERVADO junto com a impressão do dígito polegar direito na folha de identificação. [grifo dos autores].

A eleição de 1913, em que tanto a União Cívica (UC) como o Partido Socialista (PS) concorreram mas não obtiveram representação, foi a primeira com mais de dois partidos legalmente constituídos. Entre 1919 e 1958, a União Cívica e o Partido Socialista (e/ou o Partido Comunista - PCU, que surge a partir de uma reformulação do PS em 1920)³ sempre elegeram deputado para a Câmara de Representantes dominada pelos dois partidos tradicionais. Além disso, a UC elegeu senador em todos os pleitos entre os de 1942 e os de 1958, o PCU em 1946, 1962 e 1966, e o PS em 1954 e 1968. Até a fundação da Frente Ampla, nenhum partido de ideias (como eram conhecidos os demais partidos além dos dois partidos tradicionais) conseguiu eleger mais de um senador; somados, nunca mais de dois senadores em uma mesma eleição (Bottinelli et al, 2012).

A União Cívica sofreu grande inflexão ideológica em 1962, renomeando-se como Partido Democrata-Cristão, dando uma guinada à esquerda e tornando-se muito menos confessional (Ortiz Terra, 2001). Elegeu um senador em 1962 e três deputados tanto naquela eleição como em 1966. Foi esse PDC que participou da fundação da Frente Ampla em 1971 (inclusive, naqueles pleitos, toda a frente concorreu com o nome de Partido Democrata-Cristão). Durante a ditadura cívico-militar, quando o PDC, o PS e o PCU estavam proscritos, o regime

aceitou a volta de apenas três partidos: além do Partido Colorado e do Partido Nacional, a legalização de uma nova União Cívica, conservadora.

Assim, todos os partidos com alguma relevância eleitoral nacional na poliarquia uruguaia até o final da década de 1960 que não fosse nem o Partido Colorado, nem o Partido Blanco, nem uma dissidência temporária de um dos dois, estiveram vinculados à criação da Frente Ampla em 1971 (PDC, PCU e PS eram os principais naquele momento), a qual ampliou significativamente sua votação. Com 5 senadores e 18 deputados eleitos naquele ano, foi um resultado eleitoral muito superior a todo o conjunto de partidos de ideias somados até então, significando efetivo realinhamento do sistema partidário.

Com a redemocratização, surgiram novos partidos com capacidade de obter representação parlamentar, sempre agremiações em relação direta com a Frente Ampla. O Novo Espaço (NE) foi formado em 1989 pela União Cívica com o PDC e o Movimento pelo Governo do Povo (que havia saído do Partido Colorado em 1970 para participar da fundação da Frente Ampla). O PDC e o MGP abandonaram a Frente Ampla por não terem tido acatadas suas exigências de moderação ideológica e negação do marxismo da FA e, principalmente, de que o líder do MGP, Hugo Batalla, fosse o candidato frente-amplista à Presidência. Em sua primeira eleição, apareceu como coligação eleitoral, de modo que os representantes do MGP foram eleitos pelo Partido pelo Governo do Povo (PGP). O grupo se dividiu em 1994 entre os que voltaram para o Partido Colorado, apoiando a candidatura de Sanguinetti à Presidência, e os que formaram organicamente o partido Novo Espaço, o qual lançou Rafael Michellini como candidato (Arocena; Marius Martínez, 2008). Não se concretizou a expectativa de que o Novo Espaço teria metade da votação que a Frente Ampla recebia, pois o que restou da FA obteve mais do que o dobro da votação do NE naqueles pleitos de 1989 (Bottinelli, 2009).

Em 1994, a Frente Ampla se tornou ainda mais abrangente, passando a se chamar Encontro Progressista - Frente Ampla (EP-FA) com a incorporação do PDC, da fração dissidente branca Pólo Progressista liderada por Rodolfo Nin, e de um setor saído do Partido Colorado chamado Batllismo Progressista. Em 1999, a coalizão EP-FA se tornaria o maior lema do Uruguai, com mais votos que blancos e colorados separadamente. Em 2004, o Novo Espaço se reincorpora à Frente Ampla,

formando o Encontro Progressista - Frente Ampla - Nova Maioria (EP-FA-NM) (Yaffé, 2005:172-184), rebatizado em 2005 simplesmente como Frente Ampla.

O Partido Independente foi formado em 2003 pelos membros do Novo Espaço que não quiseram se incorporar à Frente Ampla (Reis, 2011:39). Esse partido foi por três eleições seguidas a quarta força da política uruguaia, mas com expressão muito inferior: obteve um deputado em 2004, dois em 2009 e três em 2014, quando conseguiu pela primeira e única vez ter um senador. Formada em 2013, a Unidade Popular, conjunto de vários pequenos grupos de “extrema” esquerda, muitos deles ex-integrantes da Frente Ampla, como o Movimento 26 de Março, conseguiu eleger um deputado em 2014; seu maior integrante, a Assembleia Popular, surgido em 2006 a partir de dissidentes frente-amplistas que passaram à oposição, não havia elegido nenhum até então.

O cenário partidário uruguaio entre a redemocratização e os pleitos de 2014, portanto, foi o da sedimentação de dois blocos ideológicos que agregavam a quase totalidade dos votos: a Frente Ampla à esquerda (tendo crescido seguidamente até atingir a metade do eleitorado, mantendo-se nesse patamar por seguidas legislaturas) e, à direita, os dois partidos tradicionais, aliando-se frequentemente e com agenda neoliberal semelhante. O mais forte desafio a essa ordem, no início do período democrático, foi representado pelo Novo Espaço, que, no entanto, acabou se dissolvendo. Outras forças, buscando uma radicalização à esquerda ou uma terceira via em relação aos dois blocos, obtiveram representação apenas marginal.

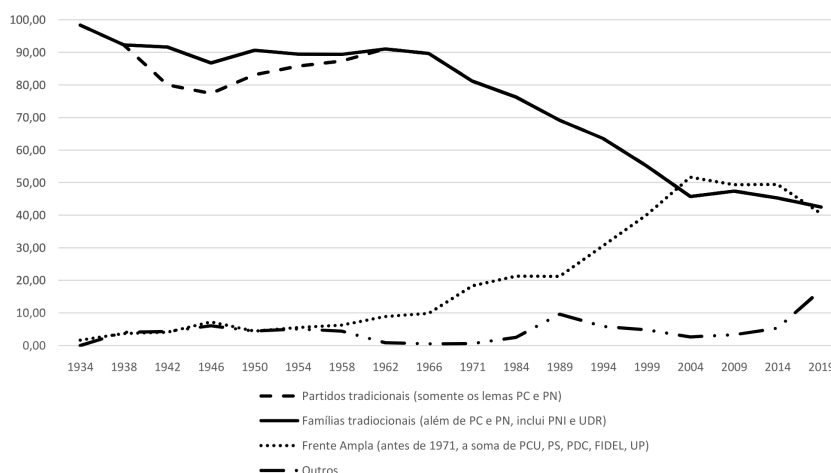
A eleição de 2019, no entanto, difere consideravelmente desse quadro, por quatro diferentes razões: fragmentação partidária, expressividade do resultado eleitoral da quarta força, perfil “antipartido” ou externo à clivagem direita-esquerda das novas agremiações partidárias com representação parlamentar, e o fato de a gênese dos novos partidos não ter a Frente Ampla como marco.

Esta foi a primeira eleição em que mais de cinco lemas, contando brancos e colorados, conseguiram eleger deputado na Câmara de Representantes. Trata-se da maior fragmentação partidária da história uruguaia. Os pleitos de 2019 tiveram resultado muito diverso daquele de 2014: os dois lemas menores que estavam representados, e que jamais conseguiram ser forças expressivas, encolheram: o Partido Independente

elegeu somente um deputado e foi apenas o sétimo colocado, enquanto a Unidade Popular não obteve representação parlamentar alguma. Por outro lado, passou a haver sete diferentes partidos na Câmara de Deputados, e, dos três novos lemas que conseguiram representação, um deles, o Cabildo Abierto, de extrema direita e fundado naquele mesmo ano, que será tratado mais detalhadamente em seção específica, conseguiu três senadores e 11 deputados, resultado próximo ao do próprio Partido Colorado e muito mais relevante que qualquer outra quarta força desde a redemocratização (nenhum havia superado a marca de dois senadores). Em sua breve existência como agremiação independente, o Partido pelo Governo do Povo (PGP) era até então o único – além de Frente Ampla, Partido Colorado e Partido Nacional – a ter eleito mais de um representante no Senado, tendo obtido dois senadores e seis deputados em 1989, o que reforça a singularidade do desempenho do Cabildo Abierto em 2019.

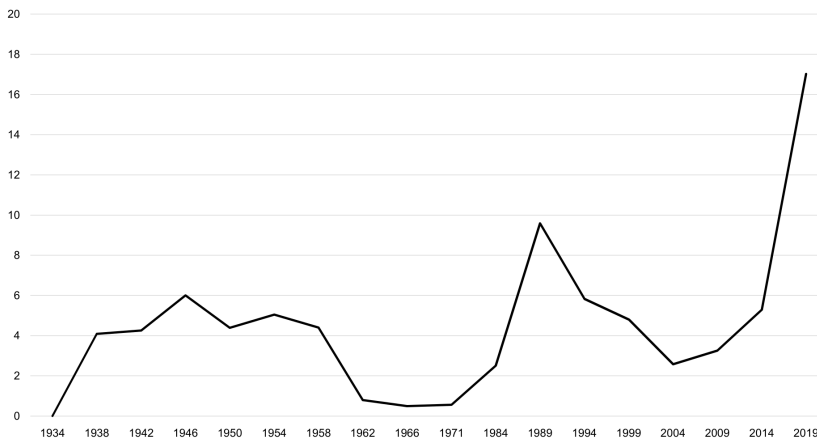
A importância desse resultado, só comparável à emergência da Frente Ampla, fica evidente ao observar os **Gráficos 1 e 2**. No **Gráfico 1**, são comparadas as evoluções das votações dos partidos tradicionais somados (computados apenas os lemas Partido Colorado e Partido Nacional em uma das linhas, e alternativamente somada em outra linha também a votação de lemas que estiveram separados das duas legendas principais mas depois retornaram), a votação da esquerda (relevante para mostrar a mudança de patamar com a fundação da Frente Ampla em 1971 e o crescimento contínuo a partir da redemocratização em 1984) e os demais partidos (um dado que reforça a significância da última eleição). O **Gráfico 2** é semelhante, mas exclui os partidos tradicionais e também a Frente Ampla e as organizações de esquerda que a formaram, evidenciando o resultado singular de 2019, alavancado pelo Cabildo Abierto.

Gráfico 1
Votação para a Câmara de Senadores (%)



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em Bottinelli et al (2012) para os anos 1934 a 2009, e Corte Electoral – República Oriental del Uruguay (www.cortelectoral.gub.uy) para 2014 e 2019.

Gráfico 2
Votação para senador fora das famílias colorada, blanca e FA (%)

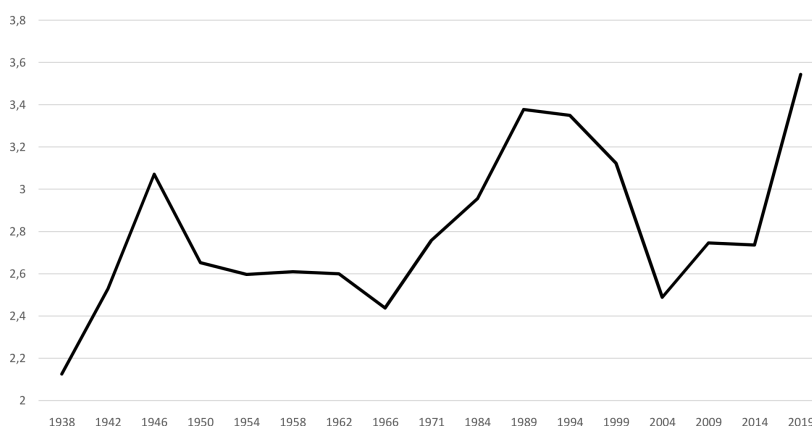


Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em Bottinelli et al (2012) para os anos 1934 a 2009, e Corte Electoral – República Oriental del Uruguay (www.cortelectoral.gub.uy) para 2014 e 2019.

O Gráfico 3 mostra a evolução da fragmentação partidária no Uruguai. Foi utilizado o índice do “número efetivo de partidos” (NEP), elaborado por Laakso e Taageera (1979) com o intuito levar em consideração tanto a quantidade de agremiações partidárias como sua força relativa. O cálculo pode ser feito tanto em relação aos votos recebidos

como às cadeiras conquistadas. Optou-se neste artigo por utilizar a votação para a Câmara de Senadores a partir de 1938, quando da adoção de uma única circunscrição eleitoral nacional. A fórmula é $NEP = 1/\sum(\text{Percentual}_i)$. É explícito que a última eleição é aquela com maior fragmentação partidária de todos os tempos no Uruguai, superando o mencionado ano de 1989, o que reforça a tese do realinhamento.

Gráfico 3
Número Efetivo de Partidos (NEP) - Votação nos Lemas para o Senado



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em Bottinelli et al (2012) para os anos 1934 a 2009, e Corte Electoral – República Oriental del Uruguay (www.cortelectoral.gub.uy) para 2014 e 2019.

Os outros dois lemas que obtiveram representante em 2019, cada um com um deputado, foram o Partido Ecologista Radical Intransigente (PERI), de caráter ambientalista e externo à clivagem direita-esquerda, e o Partido de la Gente (“partido das pessoas”, em português), típico da negação da política tradicional. Ambos apontam o fortalecimento de uma representação não identificada com a polarização entre direita e esquerda, explícita desde que a Frente Ampla cresceu seguidamente ao longo da redemocratização e os dois partidos tradicionais se tornaram mais homogêneos no pólo da direita. A singularidade da eleição de 2019 também reside no fato de que, pela primeira vez desde 1971, os novos partidos representados não são dissidências da Frente Ampla (ou do PDC, como a nova União Cívica e seus dois deputados eleitos em 1984). O Cabildo Abierto, na verdade, pode ser compreendido como uma dissidência colorada, e seu caso será detalhado na seção a seguir.

PARTIDO COLORADO E CABILDO ABIERTO

O Partido Colorado historicamente se dividiu entre batllistas progressistas e os adversários destes, à direita, primeiro com o riverismo dos antiestatistas seguidores de Fructuoso Rivera, depois com a guinada autoritária do “pachequismo”, de Jorge Pacheco Areco e Juan María Bordaberry a partir de 1967 (Garcé; Yaffé, 2004). A família Batlle, que já teve quatro presidentes, deu origem a essa corrente, muito identificada com preocupações sociais e com o desenvolvimento de um Estado de bem-estar no país, em função dos governos e da liderança de dois deles: José Batlle y Ordóñez e Luis Batlle Berres.

Ao se tornar hegemônico nas décadas de 1950 e 60, o próprio batllismo passa a se dividir, espalhando-se pelo espectro ideológico da centro-esquerda à centro-direita (Chasquetti, 2006). Jorge Batlle, filho de Batlle Berres, liderava a corrente mais à direita, neoliberal, motivo pelo qual se diz que cometeu um “parricídio ideológico”; primeiro presidente da redemocratização, Sanguinetti rompeu com ele e criou outra corrente batllista, mais próxima do batllismo histórico (Garcé; Yaffé, 2004). Com a supremacia interna a partir de 2007 de um novo setor, o Vamos Uruguai, liderado por Pedro Bordaberry, filho do ex-ditador Juan María Bordaberry, afim ao riverismo e ao pachequismo, as principais lideranças batllistas se reunificaram (Reis, 2011). Com a derrocada do Vamos Uruguai, os batllistas voltaram a hegemonizar o Partido Colorado e, com isso, a se dividir internamente: nas primárias de 2019, os três primeiros colocados foram candidatos que reivindicavam o batllismo e, juntos, obtiveram 99,9% dos votos (181.152 de um total de 181.384).

O resultado da primária colorada, à primeira vista, pode parecer normal. Afinal, o partido alternou fases de hegemonia batllista, controladas por uma liderança inquestionável ou dividida em blocos diversos ideologicamente, e outras em que a extrema direita partidária se sobressaiu. A diferença de 2019 é que a tradição da extrema direita colorada trilhou um caminho externo ao partido.

O quarto colocado da eleição presidencial pelo Cabildo Abierto, com expressivos 11% dos votos, Guido Manini Ríos, é militar e membro de uma família tradicional da direita colorada – seu avô Pedro Manini Ríos era o líder dos riveristas adversários de Batlle y Ordóñez, e, junta-

mente com seu tio Carlos Manini Ríos, participou do governo Pacheco Areco. Guido Manini Ríos declarou que gostaria que Pedro Bordaberry entrasse para seu partido.

O Partido Colorado teve votação pior que a blanca por quatro eleições consecutivas. Entretanto, se for somada a votação do Cabildo Abierto e dos colorados em 2019, 569 mil, esta é superior ao desempenho colorado em todas essas eleições (quando oscilou entre 231 e 392 mil), sendo, contudo, inferior à da última vitória colorada, em 1999, com Jorge Batlle eleito presidente (704 mil). Isso indica que o apelo de votos cresceu por estar Manini Ríos fora do tradicional partido, o qual, aliás, obteve, sozinho, votação ligeiramente menor que a de 2014. Nesta eleição de 2019, o Partido Colorado, com quatro senadores e 13 deputados, ficou pouco à frente do Cabildo Abierto, com três senadores e 11 deputados, e manteve exatamente o mesmo número de parlamentares nas duas casas legislativas que tinha na legislatura anterior.

De todo modo, o perfil do candidato do Partido Colorado, Ernesto Talvi, que teve grande sucesso nas primárias na capital, e o fato de ele não ter lançado uma chapa conjunta com o segundo colocado nas primárias do partido, o ex-presidente Sanguinetti, podem ter contribuído para grande migração de votos colorados para o Cabildo Abierto, identificada pelos institutos de pesquisa, notadamente no interior e entre eleitores de Sanguinetti (*Montevideo Portal*, 2019).

A novidade de haver um partido bem votado sem origem na Frente Ampla, seja como dissidência dela ou como cisma de algum grupo que aderiu a ela, foi enfatizada por Bottinelli (2019), que qualifica o Cabildo Abierto como “o primeiro partido parlamentar verdadeiramente novo em mais de um século”:

Todos os partidos representados hoje no Parlamento se originam em dois processos. Um, o fundacional (1825-36), do qual surgem os partidos Colorado e Nacional (Blanco). O segundo (1905-1910) dá origem à União Cívica do Uruguai (da qual surgem o Partido Democrata-Cristão e o Partido União Cívica) e ao Partido Socialista (do qual surge o Partido Comunista). Em 1971 é criada a Frente Ampla com a fusão dos partidos Democrata-Cristão, Comunista e Socialista, mais cisões dos dois partidos tradicionais. Da Frente Ampla se desprendem, por um lado, e logo reintegrado, o Novo Espaço, do qual se separa o atual Partido Independente, e, por outro, o grupo dominante da Unidade Popular. Em meio a isso cabe destacar a cisão colorada

União Demócrata Reformista (1958), cujo primeiro deputado foi Alberto Manini Ríos, pai do atual presidente e filho de Pedro, fundador do riverismo, formidável rival de José Batlle y Ordóñez.

Tudo indica que pela primeira vez ingressará no Parlamento – e em suas duas câmaras – um partido verdadeiramente novo, que não surge nem direta, nem indiretamente de nenhum dos processos originários, partido cujo nome real é Movimento Social Artiguista (absurdamente não admitido pela Corte Eleitoral como lema e sim como sublema) e que atua como *Cabildo Abierto*. Emerge como um partido personalista – como surgiram ambos os partidos tradicionais – em torno da figura do general do Exército Guido Manini Ríos.

Apesar da grande ênfase que Bottinelli dá à União Demócrata Reformista, aquela dissidência da direita colorada durou uma única eleição e, nos pleitos seguintes, o pai de Guido Manini Ríos voltou como suplente à Câmara de Representantes pelo Partido Colorado. Aliás, breves dissidências dos partidos tradicionais concorreram várias vezes em separado (como Partido pela Tradição Colorada, Partido Colorado General Rivera e Partido Colorado Radical, todos os três com resultados mais expressivos que a UDR, e, do lado blanco, como a Concentração Cándida Díaz de Saravia). As experiências de maior relevância eleitoral e longevidade foram, do lado blanco, a do Partido Nacional Independente – racha surgido em 1933, concorrendo separadamente ao Partido Nacional até a reunificação em 1958 (Arregui, 2019) – e, no lado colorado, sob liderança de Pedro Manini Ríos, os Anticolegialistas (oposição colorada a Batlle y Ordóñez na Assembleia Nacional Constituinte de 1916) e seu partido sucessor, o Partido Colorado General Rivera (Brum, 2016); o PCGR disputou as eleições de 1925 a 1934, elegendo representantes em todas elas (Bottinelli et al, 2012). As diferentes facções coloradas, que disputaram seguidas eleições em lemas separados até a reunificação sob o terrismo (governo autoritário de Gabriel Terra⁴), são explicadas por Nahum et al. (1998:12, apud Souza, 2003:56):

[...] o Partido Colorado General Rivera (os “riveristas”, encabeçados pelo Senador Dr. Pedro Manini Ríos), conservador e anticolegialista; o Partido Colorado “Pela Tradição”, do Dr. Julio María Sosa, também contrário ao reformismo batllista; o Partido Colorado Radical, orientado pelo ex-presidente Feliciano Viera, oposto ao batllismo e com fortes raízes nos novos setores burocráticos; o Partido Colorado Batllista, que constituía a maioria mas estava obrigado a realizar constantes acordos para manter a primazia

eleitoral sobre o Partido Nacional [...]; o Grupo Avançar, fundado em 1931 pelo Dr. Julio César Grauert, que representou a ‘esquerda’ partidária e mostrou fortes influências doutrinárias do socialismo marxista.

O Cabildo Abierto, portanto, longe de ser o “primeiro partido verdadeiramente novo, que não surge nem direta, nem indiretamente de nenhum dos processos originários”, como defendeu Bottinelli (2019), faz parte de uma tradição conservadora riverista da família Manini Ríos de buscar caminhos externos ao Partido Colorado. A tentativa anterior, com a UDR de Alberto Manini Ríos, como foi dito, durou apenas um único processo eleitoral como lema independente, externo ao do Partido Colorado, elegendo dois deputados. A experiência com o “fundador do riverismo” foi bem mais duradoura, da oposição ao batllismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1916 até quando o Partido Colorado ficou hegemonizado pelo governo autoritário de Gabriel Terra, e Pedro Manini Ríos, que era seu ministro da Fazenda, desfez seu Partido Colorado General Rivera, reunificando os colorados posteriormente à eleição de 1934.

A presente tese do realinhamento, assim, por mais plausível que seja em função do significativo sucesso eleitoral do Cabildo Abierto, dependerá de confirmação por meio da ocorrência de sucessivos pleitos em que este venha a disputar como concorrente dos colorados. O fato de o Partido Colorado, hegemônico na primeira metade do século XX, não ser mais o maior partido, e de há duas décadas ser uma agremiação com representação bastante inferior à dos blancos, reforça essa possibilidade. O mesmo pode ser atribuído à afirmação de Manini Ríos (2019) de que, no Exército, eles dizem ser “verdes, sem nenhum partido”, e que ele próprio não tem vínculo com qualquer partido político para além de seu histórico familiar – mencionando não apenas os “antecedentes no Partido Colorado” pelo lado de seu pai, como também no Partido Nacional pelo lado de sua mãe e de sua esposa.

A exemplo de Bolsonaro, que não foi um cabo eleitoral eficiente nas eleições municipais de novembro de 2020 no Brasil, o Cabildo Abierto não repetiu o bom desempenho das eleições gerais uruguaias de 2019 nas disputas pelas 19 *intendencias* (prefeituras) departamentais de setembro de 2020. Houve certa guinada conservadora, mas em favor da direita tradicional, com a Frente Ampla perdendo três dos seis departamentos que administrava, todos para o Partido Nacional.

No âmbito ideológico, discursivo e programático, também podem ser percebidas semelhanças com o bolsonarismo, como fica evidente na exposição de Vázquez e Del Río (2019):

Embora Manini Ríos tente se afastar do estilo histriônico e grotesco do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, há pontos-chave que os tornam irremediavelmente relacionados. Em termos de coincidências substanciais, ambos têm problemas com a revisão do passado recente na área dos direitos humanos. Bolsonaro se manifestou a favor da tortura e seu herói é Brilhante Ustra. Enquanto Manini Ríos, como comandante-chefe das Forças Armadas, disse que era a favor de virar a página porque “não é história recente, é história distante”, em referência à reivindicação de mães e familiares sobre a verdade e justiça por crimes contra a humanidade durante a última ditadura. [...] O discurso conservador e patriarcal está se espalhando por toda a região. Nesse sentido, Manini Ríos lidera e representa essas linhas de forma visível, enfática e direta. Com relação às conquistas de direitos reconhecidos nos últimos 15 anos, como a Lei que regula a maconha, o aborto legal e, recentemente, a Lei Integral de pessoas Trans, Manini Ríos se manifestou contra todas elas. [...] Sobre a questão da segurança, o partido CA propõe a revogação da recente Lei da Propriedade Responsável de Armas de Fogo, a fim de flexibilizar a sua aquisição e utilização por civis. [...] Manini Ríos caracteriza-se em sua curta carreira política por ter um estilo outsider de tipo “messiânico”, como Bolsonaro. Como sinal, o candidato uruguaio conseguiu reunir-se com o vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, exibindo suas coincidências sobre questões-chave.

Além disso, o cientista político uruguaio Daniel Chasqueti nota que Guido Manini Ríos tem “um voto muito corporativista, da família militar” (*Montevideo Portal*, 2019). Manini Ríos (2019) enfatizou seu perfil de combate à delinquência e criticou o suposto interesse premeditado de que se coloque no centro das atenções a questão dos desaparecidos e das torturas durante a ditadura militar, que deveria ser dada como encerrada, em vez de se apresentarem soluções para os problemas das pessoas e para o que efetivamente as preocuparia, como os roubos, os assassinatos, a corrupção e a desocupação. Vázquez e Del Río (2019) mencionam assessores diretos do presidente do *Cabildo Abierto* que são militares e foram condenados ou suspeitos em crimes da ditadura.

Ademais, tendo votado pela convocação de referendo para anular a lei integral para pessoas transexuais, o então candidato declarou que era contrário à “ideologia de gênero que querem impor”. Em entrevista para o programa televisivo *Buen Día Uruguay*, Manini Ríos disse que o país estava “se africanizando”, com uma “cultura imposta de não trabalho e falta de respeito”, e que, para tirar o país da crise, o caminho não poderia ser o de “uma coalizão feita com base na troca de cargos”.

O PARTIDO NACIONAL

O Partido Nacional voltou a vencer uma eleição presidencial após cinco derrotas consecutivas, e o fez com um candidato membro de uma das mais tradicionais famílias brancas, Luis Lacalle Pou, filho do ex-presidente Luis Alberto Lacalle, justamente o último candidato do partido a se eleger presidente, e bisneto do caudilho Luis Alberto de Herrera (Reis, 2017:92). Isso poderia transmitir a imagem de que o partido não foi afetado pelo impulso do realinhamento/desalinhamento, mas uma análise da dinâmica de suas correntes internas indica o contrário. O grupo político dos Lacalle, o herrerismo, muito conservador, se polarizava desde 1971 dentro do Partido Nacional com um setor mais moderado ou desenvolvimentista, o wilsonismo (Garcé; Yaffé, 2004:99), em referência ao ex-senador Wilson Ferreira Aldunate, um dos principais opositores à guinada autoritária dos colorados Jorge Pacheco Areco e Juan María Bordaberry, que resultou no golpe cívico-militar de 1973.

Se bem parte do wilsonismo compôs o bloco de Lacalle Pou (ao longo dos últimos 15 anos, a chamada *Correntada Wilsonista* se revezou entre apoio a candidaturas herreristas ou wilsonistas e, em 2019, ficou dividida), Jorge Larrañaga, a principal liderança wilsonista no século XXI, ficou apenas em terceiro lugar nas últimas primárias, com menos de um terço dos votos do primeiro colocado, posteriormente presidente eleito. Larrañaga foi candidato a presidente em 2004 e, mesmo perdendo as primárias em 2009 e 2014, foi chamado respectivamente por Luis Lacalle e por Lacalle Pou para completar a chapa branca como candidato a vice. A derrota do wilsonismo para o herrerismo ocorreu muitas vezes, mas o fato de ter sido superado por um *outsider* como segunda força interna em 2019 pode significar uma mudança profunda no interior do partido.

O segundo colocado das primárias brancas de 2019 foi Juan Sartori. A vitória confortável de Lacalle Pou na primária (53,8% dos votos, contra 20,7% de Sartori e 17,5% de Larrañaga), no entanto, não apaga que o candidato *outsider* cresceu ao longo das pesquisas de intenção de voto e, dois dias antes das internas partidárias, considerando-se cinco diferentes institutos de pesquisa, a diferença era menor: apenas o Opción indicava 50% das intenções de voto para Lacalle Pou, enquanto, segundo os demais, elas estavam entre 42% e 45%; Sartori, por sua vez, era apontado com intenções entre 29% e 32% (bem superiores à votação que ele acabou recebendo), contra 17% a 21% de Larrañaga.

Empresário bilionário, dono do clube inglês de futebol Sunderland FC e genro do magnata russo Dmitri Rybolovlev, Juan Sartori só se filiou ao Partido Nacional em setembro de 2018 e vivia por duas décadas, desde os 12 anos de idade, fora do Uruguai, onde, no entanto, possui latifúndios (Martinez, 2018). Sua campanha se baseou na imagem de jovem empresário bem sucedido nos negócios em vez de um político tradicional, com sucesso baseado no esforço pessoal. Candidato pelo sublema Todos Pelo Povo, agregou ao nome deste o do histórico programa de governo de Wilson Ferreira Aldunate, “Nosso compromisso com você”, a despeito de não ter vínculo orgânico com o partido. A então presidenta do diretório do Partido Nacional e atual vice-presidenta da República, Beatriz Argimón, defendeu que o estatuto partidário pudesse ser alterado de modo que, em eleições futuras, seja exigida uma determinada quantidade de anos de filiação para poder se postular como candidato blanco à Presidência da República (*La República*, 2019).

Sartori foi acusado por dirigentes brancos de ser responsável por dezenas de mensagens, ligações e notícias falsas enviadas por meio de redes sociais contra Lacalle Pou e Larrañaga. Assumidamente, Sartori foi assessorado por Juan José Rendón, que é considerado um especialista em propaganda falsa; o pré-candidato blanco, no entanto, argumentou que o contratou para se defender desse tipo de ataque (Martinez, 2019). J. J. Rendón assessorou, entre outras, as campanhas vitoriosas de Juan Manuel Santos na Colômbia, Enrique Peña Nieto no México e Sebastián Piñera no Chile, bem como o comitê opositorista de Juan Guaidó na Venezuela (Cabrera, 2019; Trucco, 2020).

O Uruguai é um dos países da América do Sul onde a propaganda televisiva gratuita é menos importante (restringindo-se à TV estatal, com pouco tempo diário e durante poucos dias), ao mesmo tempo em que não regulamenta a propaganda paga nos canais privados, não limitando nem o gasto, nem o tempo diário. Assim, quanto maior o potencial de arrecadação e gasto de uma campanha eleitoral, maior é sua vantagem sobre seus concorrentes (Reis, 2017). O vulto dos gastos na campanha de Juan Sartori foi discutido por Daniel Chasquetti, entrevistado por Martinez (2019):

A lei eleitoral prevê doações privadas (que muitas vezes não são conhecidas) e um financiamento público que, para todos os partidos, em quatro eleições (internas, dois turnos presidenciais e municipais) chega aos 38 milhões de dólares (145 milhões de reais). Há pouca informação sobre os gastos de Sartori, mas sabemos que somente em março, quando ainda não havia começado oficialmente a campanha, investiu 10 milhões de dólares (38 milhões de reais) em anúncios de televisão.

Durante sua campanha, Sartori distribuiu cartões de plástico chamados MedicFarma para alguns aposentados e pensionistas (com a promessa de que a distribuição seria estendida a todos), com seus dados pessoais, que dariam direito a receber medicamentos de graça após ele ser eleito e tomar posse na Presidência, o que foi apontado por opositores como demagogia e prática de clientelismo.

Sartori perdeu as primárias para Lacalle Pou e é possível inclusive que tenha ocorrido voto estratégico de apoiadores de Larrañaga que quisessem evitar o triunfo de um candidato alheio à tradição blanca. Com uma capacidade elevada de autofinanciamento, Sartori tentou repetir no Partido Nacional a improvável trajetória de Donald Trump no Partido Republicano nos Estados Unidos. Não teve sucesso, mas não é possível afirmar que ela não seja viável futuramente.

PERSPECTIVAS DA FRENTE AMPLA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bloco de esquerda que permaneceu por três mandatos no governo do país sofreu apertada derrota no segundo turno. Isso não pode significar, no entanto, uma camuflagem para algumas dificuldades mais estruturais enfrentadas pelo “progressismo” no país. Se a votação no primeiro turno, 39%, voltou ao patamar da sua última derrota antes

de chegar ao poder, desta vez a votação conseguida por uma quarta força – o *Cabildo Abierto* – aponta que a disputa pode não estar mais restrita aos dois blocos, frente-amplistas x tradicionais. Outro dado talvez mais relevante é o de que, desde o quase empate tríplice entre colorados, blancos e a esquerda nos pleitos de 1994, a direita não havia conseguido, junta, mais da metade dos votos.

Se este é um novo padrão de votação, muito mais disperso, ou se foi uma derrota normal – tese reforçada pela significativa, ainda que insuficiente, recuperação da Frente Ampla no segundo turno – só se saberá após uma sequência de eleições. De todo modo, a FA enfrenta dificuldade de renovação: dos três principais líderes do bloco, Tabaré Vázquez faleceu em dezembro de 2020, Pepe Mujica renunciou ao cargo de senador dois meses antes, e Danilo Astori também alcançou idade em que dificilmente se colocará como candidato em 2024. O ex-vice-presidente Raúl Sendic renunciou ao cargo no meio do mandato devido a escândalo sobre uso de cartão corporativo inflamado pela mídia. O candidato Daniel Martínez, derrotado no segundo turno, não era unanimidade internamente.

Para além do Uruguai, a tendência no continente é justamente a de derrotas da esquerda, com o fim da “*maré rosa*” (apesar de a vizinha Argentina ter trilhado o caminho oposto, com o triunfo do kirchnerista Alberto Fernández sobre Mauricio Macri). A própria unidade da Frente Ampla estará ameaçada se ela perder competitividade e houver maior fragmentação partidária, pois seus setores centristas podem se motivar a seguir caminho em separado – ainda que o mau desempenho das frações mais centristas da Frente Ampla nas últimas primárias possa inibir tal movimento. Além disso, segundo pesquisa do instituto Cifra, um quarto dos votos recebidos pelo *Cabildo Abierto* na eleição vieram de ex-eleitores da Frente Ampla.

Também depende da observação de uma sequência de processos eleitorais, conforme ressaltou Sundquist (1973), a confirmação da hipótese de desalinhamento e realinhamento partidários. No Uruguai, o desalinhamento se relaciona ao crescimento da votação de candidaturas identificadas com a rejeição aos partidos e à política em geral. O realinhamento se refere ao crescimento da extrema direita com maior fragmentação nas preferências partidárias. Os dois partidos tradicionais, blanco e colorado, vivenciaram o fenômeno de forma diferente. Enquanto no Partido Nacional uma candidatura antissistema, de nega-

ção à política, disputou de forma competitiva a primária partidária, no Partido Colorado seu setor mais reacionário desafiou o sistema político com lema próprio, militarista e extremista: o *Cabildo Abierto*.

O Partido Independente, agremiação centrista que estava estabilizada como quarta força, tendo inclusive um senador, encolheu e ficou em sétimo lugar, elegendo apenas um deputado. A extrema esquerda de oposição à Frente Ampla, que tinha um deputado, não conseguiu eleger representante. Dois novos partidos, identificados com a retórica de “nova política” e, ao menos discursivamente, fora da clivagem direita-esquerda, elegeram um deputado cada: o Partido Ecologista Radical Intransigente (PERI) e o direitista Partido de la Gente, ou “partido das pessoas”. Apresentando-se como “gestor” e “crítico à classe política”, o Partido de la Gente foi criado pelo empresário Edgardo Novick. Ele festejou em 2018 a vitória de Bolsonaro na eleição presidencial brasileira, dizendo que seus eleitores votaram contra a insegurança e a corrupção representadas pelo PT de Lula e pela Frente Ampla de Mujica. Tal como o Brasil, o Uruguai, país-modelo no continente em termos de politização e institucionalização, pode, saindo da “maré rosa”, não ter resistido à “onda amarela”.

Os fenômenos de desalinhamento e realinhamento não são excluídos, podendo não apenas coexistir em alguma medida como, para Crewe (1980), um antecede o outro. As primárias e eleições nacionais de 2019 destoaram do padrão identificado nas últimas décadas e, em alguns aspectos, foram singulares em comparação com toda a história uruguaia. As teses de que o sólido sistema partidário uruguaio se “desmancha no ar” em desalinhamento, e de que sofre seu segundo realinhamento significativo (posterior ao do fim do bipartidarismo tradicional com a emergência da Frente Ampla) são, portanto, plausíveis. Resta ver se vão se confirmar passando no crivo do tempo.

(Recebido para publicação em 13 de julho de 2020)

(Aprovado para publicação em 23 de dezembro de 2020)

NOTAS

1. Apesar de ambos os textos citados concordarem sobre a primeira conquista da Presidência pelo Partido Nacional no século XX ter ocorrido apenas em 1958, acerca da perda da maioria colorada em ambas as casas legislativas na década de 1920, e quanto à perda de maioria do Partido Colorado na eleição para a Câmara de Senadores em 1922, há um conflito na informação sobre quando isso aconteceu na Câmara de Representantes:

- Chasquetti (2018) afirma que o Partido Colorado perdeu a maioria na câmara baixa em 1928, mas os dados apresentados por Bottinelli et al (2012) apontam a eleição em que houve tal mudança como anterior, em 1925. Os colorados retomariam a maioria na Câmara de Representantes já em 1934, mas, na Câmara de Senadores, somente conseguiram isso em 1942, tendo mantido por algumas legislaturas uma bancada de mesmo tamanho que a blanca na câmara alta (Bottinelli et al, 2012).
2. Caetano (2019) se refere àquele partido como União Católica. Trata-se da agremiação partidária que posteriormente foi rebatizada como União Cívica. De acordo com Bottinelli et al (2012:40), o nome com que a União Cívica concorreu em 1910 foi Partido Católico.
 3. Sob liderança de Emilio Frugoni, o Partido Socialista (PS) foi fundado em 1910. Em 1920, o grupo liderado por Celestino Mibelli transformou a agremiação partidária em Partido Comunista do Uruguai (PCU). Frugoni refundou o Partido Socialista e ambos passaram a existir como dois partidos diferentes. Eleito deputado em 1919 pelo PS juntamente com Frugoni, Mibelli se reelegeu em 1922 pelo PCU; Frugoni só conseguiria voltar à câmara baixa pelo PS em 1928. Desde então, os dois partidos conseguiram eleger deputado em todas as eleições até a de 1962, quando o PS formou, com outras forças políticas, a aliança União Popular, mas nenhum dos dois deputados eleitos por ela era socialista, e sim, como nota Giudice (2007), eram ambos dissidentes blancos.
 4. Bottinelli et al (2012:403) assim descrevem a manobra autoritária de Terra: “Em 31 de março de 1933, o país sofreu uma quebra das instituições, ao proceder o presidente Gabriel Terra a dissolver as Câmaras Legislativas e se constituir em governo de facto. Na mensagem enviada na noite do dia 30, o presidente estabelecia que ‘...não quer, não deseja e não busca a ditadura... ao contrário, a repudia como procedimento para fundar com base em si mesmo o predomínio pessoal de um homem ou de um círculo. A única coisa que o Poder Executivo deseja patriótica e ardentemente é a consulta popular para que o povo soberano possa decidir seus próprios destinos, resolvendo a tremenda crise política que se desatou sobre a república...’. Dentro das disposições políticas assumidas, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Constituição. No dia 3 de abril, o presidente Gabriel Terra comunica à Corte Eleitoral que o Governo resolveu fixar a data de 25 de junho para a convocação eleitoral e, em 16 de maio, emite o Decreto Lei No. 9.038 dispondo sobre a realização da eleição.”

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, David. (2000), "The Politics of Coalition Formation and Survival in Multiparty Presidential Democracies: The Case of Uruguay, 1989-1999". *Party Politics*, vol. 6, n. 3, pp. 259-283.
- AROCENA, Pablo; MARIUS MARTÍNEZ, Jorge. (2008), *Parlamentarios Uruguayos 1830-2005*. Montevideo: Ediciones de la Proa. Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/sites/default/files/ParlamentariosUruguayos.pdf> . Acesso em 06 de abril de 2020.
- ARREGUI, Miguel. (2019), "Herrera y Batlle en la prehistoria de las internas". *El Observador* [online], 18 jun. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/herrera-y-batlle-en-la-prehistoria-de-las-internas-2019617161032> . Acesso em 11 de julho de 2020.
- BOTTINELLI, Oscar. (2019), "El que se sentó sin pedir permiso". *El Observador* [online], 22 set. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/el-que-se-sento-sin-pedir-permiso-20199225033> . Acesso em 11 de julho de 2020.
- _____. (2009), "A 20 años de la gran ruptura del Frente Amplio". *Portal Factum* [online], 13 mar. Entrevista concedida a Emiliano Cotelo, Radio El Espectador, programa En Perspectiva. Disponível em: <https://portal.factum.uy/ediciones-anteriores/estpol/anapol/2009/anp09009.html> . Acesso em 11 de julho de 2020.
- _____; GIMÉNEZ, Wilfredo; MARIUS, Jorge Luis. (2012), *Enciclopedia electoral uruguaya 1900-2010*. Montevideo: Instituto Factum.
- BRUM, Santiago. (2016), "Convención Nacional Constituyente: La inevitable tentación de indagar 100 años en el pasado". *Revista Sur al Futuro* [online], n. 1, pp. 29-34. Disponível em: http://www.ps.org.uy/wp-content/uploads/2016/09/SUR_AL_FUTURO_25092016.pdf . Acesso em 11 de julho de 2020.
- BUQUET, Daniel. (2003), "El doble voto simultáneo". *Revista SAAP*, vol. 1, n. 2, pp. 317-339. Disponível em: <https://revista.saap.org.ar/contenido/revista-saap-v1-n2/Buquet.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2020.
- _____; PIÑEIRO RODRÍGUEZ, Rafael. "Party System Change and Transparency in Uruguay". (2019), *Taiwan Journal of Democracy*, vol. 15, n. 1, pp. 113-129.
- CABRERA, Sebastián. (2019), "La historia de Juan José Rendón, el consultor venezolano que asesora a Sartori". *El País* [online], 14 jun. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/historia-juan-jose-rendon-consultor-venezolano-asesora-sartori.html> . Acesso em 12 de julho de 2020.
- CAETANO, Gerardo. (2019), *Historia Mínima de Uruguay*. Ciudad de México: El Colegio de México.
- CARRACEDO, Fabián; SENATORE, Luis. (2016), "Las Políticas Laborales y las Relaciones de Trabajo Durante el Gobierno de José Mujica". In: N. Betancur e J. M. Busquets (coords.). *El Decenio Progresista: Las Políticas Públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo.
- CHASQUETTI, Daniel. (2000), "Gobierno y Coaliciones en Uruguay: 1985-1999". In: J. Pelúas (coord.), *Coparticipación y Coalición: 164 años de Acuerdo entre Blancos y Colorados*. Montevideo: Arca-Humus, pp. 70-91.

- _____. (2006), “¿Cómo se renuevan los partidos políticos en Uruguay? Examen de la ‘resurrección’ del Partido Colorado en los años sesenta”. Apresentação nas I Jornadas de Historia Política de la Facultad de Ciencias Sociales de la UDELAR. Montevideu, 25 e 26 de maio. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/2215085/Chasquetti-Como-se-renuevan-los-partidos-politicos-en-Uruguay>. Acesso em 12 de julho de 2020.
- _____. (2018), “Tres experimentos constitucionales. El complejo proceso de diseño del Poder Ejecutivo en el Uruguay”. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, vol. 27, n. 1, pp. 41-64.
- _____; BUQUET, Daniel. (2004), “La democracia en Uruguay: Una partidocracia de consenso”. *Revista Política*, n. 42, pp. 221-247.
- _____; MORAES, Juan Andrés. (2000), “Parlamento y gobierno en el Uruguay: Hacia una teoría del ciclo político”. In: J. Lanzaro et al. *La “segunda” transición en el Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, pp. 299-321.
- CREWE, Ivor. (1980), “Prospects for Party Realignment: An Anglo-American Comparison”. *Comparative Politics*, vol. 12, n. 4, pp. 379-400.
- DALTON, Russell J. (2000), “The Decline of Party Identifications”. In: R. J. Dalton; M. P. Wattenberg (eds.), *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 19-36.
- _____; WATTENBERG, Martin P. (eds.). (2000), *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- “EL 24% del electorado de Manini Ríos votó al FA en 2014, según Cifra”. (2019), *El Observador* [online], 31 out. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/el-24-del-electorado-de-manini-rios-voto-al-fa-en-2014-segun-cifra-201910312150>. Acesso em 12 de julho de 2020.
- “ELECCIONES internas: así llega la intención de voto por partidos según cinco encuestadoras”. (2019), *El País* [online], 28 jun. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/asi-intencion-voto-cinco-encuestadoras-cara-internas.html>. Acesso em 12 de julho de 2020.
- “ELECTIONS in Uruguay – 26 October”. (2014), IDEA International. *News* [online]. 17 out. Disponível em: <https://www.idea.int/news-media/news/elections-uruguay-26-october>. Acesso em 12 de julho de 2020.
- GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. (2004), “De las ideas a las políticas: Programas partidarios, agendas de gobierno y políticas públicas en el Uruguay contemporáneo (1985-2005)”. *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, vol. 34, n. 1-2, pp. 91-122.
- GIUDICE, Gerardo H. (2007), “A 45 años de la creación de la ‘Unión Popular’”. *La República* [online], 20 abr. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/editorial/254752-a-45-anos-de-la-creacion-de-la-union-popular>. Acesso em 12 de julho de 2020.
- LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. (1979), ““Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe”. *Comparative Studies*, vol. 12, n. 1, pp. 3-27.
- “LA BAJA votación del FA, el “Sartorazo” que no fue y la sorpresa de Cabildo Abierto”. (2019), *Montevideo Portal* [online], 01 jul. Disponível em: <https://www.montevideo.uy>

- com.uy/Noticias/La-baja-votacion-del-FA-el-Sartorazo-que-no-fue-y-la-sorpresa-de-Cabildo-Abierto-uc723024. Acesso em 12 de julho de 2020.
- LANZARO, Jorge. (2003a), "Uruguay: las alternativas de un presidencialismo pluralista". In: J. Lanzaro (comp.). *Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 283-317.
- _____. (2003b), "Os Partidos Uruguaios: a transição na transição". *Opinião Pública*, vol. 9, n. 2, pp. 46-72.
- _____. (2008), "Uruguay: reformas políticas en la nueva etapa democrática". In: D. Zovatto; J. Orozco Henríquez (orgs.). *Reforma política y electoral en América Latina: 1978 - 2007*. Ciudad de México: IDEA Internacional, pp. 905 - 951.
- _____. (2013), "Continuidad y cambios en una vieja democracia de partidos - Uruguay (1910-2010)". *Opinião Pública*, vol. 19, n. 2.
- _____; PIÑEIRO RODRÍGUEZ, Rafael. (2017), "Uruguay: A Counterexample of Malaise in Representation: A Propitious Transformation of the Old Party Democracy". In: A. Joignant; M. Morales; C. Fuentes (eds.). *Malaise in Representation in Latin American Countries: Chile, Argentina, and Uruguay*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 211-231.
- MANINI RÍOS, Guido. (2019), "Delinquir es casi gratis y la Justicia hoy hace agua". *El País* [online] 26 mai. Entrevista concedida a Sebastián Cabrera. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/guido-manini-rios-delinquir-gratis-justicia-hoy-agua.html>. Acesso em 12 de julho de 2020.
- "MANINI Ríos: 'Nos estamos africanizando a pasos agigantados'" (2019), *El País* [online], 26 jul. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/manini-rios-africanizando-pasos-agigantados.html>. Acesso em 12 de julho de 2020.
- MARTÍNEZ, Magdalena. (2018), "O excêntrico multimilionário que desafia a hegemonia esquerdista no Uruguai". *El País* [online], 12 dez. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/12/internacional/1544632291_405038.html. Acesso em 12 de julho de 2020.
- _____. (2019), "'Fake news' mancham a campanha no Uruguai, com um protagonista milionário". *El País* [online], 23 jun. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/21/internacional/1561136386_900824.html. Acesso em 12 de julho de 2020.
- MEFFERT, Michael; NORPOTH, Helmut; RUHIL, Anirudh. (2001), "Realignmemnt and Macropartisanship". *American Political Science Review*, vol. 95, n. 4, pp. 953-962.
- MOREIRA, Constanza. (2000), "A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário". *Opinião Pública*, vol. 6, n. 1, pp.17-54.
- MORGENSTERN, Scott. (2001), "Organized factions and disorganized parties: Electoral incentives in Uruguay". *Party Politics*, vol. 7, n. 2, pp. 235-256.
- "NUEVO candidato blanco saldrá a competir en la interna con la agrupación 'Nuestro compromiso con usted'". (s/d), *Uyppress* [online]. Disponível em: <https://www.uyppress.net/auc.aspx?91427>. Acesso em 26 de maio de 2020.
- ORTIZ TERRA, María del Carmen. (2001), "Juan Pablo (Terra) fue más de una vez un hereje". *La Red 21* [online], 9 set. Entrevista concedida a Raul Legnani. Disponível em: <https://>

- www.lr21.com.uy/politica/55442-juan-pablo-terra-fue-mas-de-una-vez-un-hereje . Acesso em 12 de julho de 2020.
- “PRECANDIDATOS cuestionaron a Sartori por entrega de tarjetas”. (2019), *El Observador* [online]: 15 jun. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/guerra-de-tuits-entre-talvi-y-alonso-por-entrega-de-tarjetas-de-sartori-201961518255> . Acesso em 12 de julho de 2020.
- REIS, Guilherme Simões. (2011), “A disputa político-partidária no Uruguai: oponentes externos, adversários internos”. *Observador On-Line*, vol. 6, n. 3.
- _____. (2017), “Democracia no Uruguai: quase um oásis, mas o diabo mora nos detalhes”. *Teoria e Pesquisa*, vol. 26, n. 2, pp. 69-98.
- SARTORI, Giovanni. (1980), *Partidos y Sistemas de Partidos*. Madrid: Alianza.
- “SARTORI: decisión del Partido Nacional de restringir participación de personas sería grave error”. (2019), *La República* [online]. 20 mai. Disponível em: <https://www.lr21.com.uy/politica/1400834-juan-sartori-partido-nacional-blancos-estatutos-directorio> . Acesso em 12 de julho de 2020.
- SCHMITT, Hermann; HOLMBERG, Sören. (1998), “Political Parties and Decline?”. In: H-D. Klingemann; D. Fuchs (eds.), *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press, pp. 95-133.
- SINCLAIR, Barbara Deckard. (1977), “Party Realignment and the Transformation of the Political Agenda: The House of Representatives, 1925-1938”. *American Political Science Review*, vol. 71, n. 3, pp. 940-953.
- SOUZA, Marcos Alves de. (2003), *A cultura política do “batllismo” no Uruguai, 1903-1958*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- SUNDQUIST, James L. (1973), *Dynamics of the party system: alignment and realignment of political parties in the United States*. Washington: The Brookings Institution.
- TRUCCO, Florencia. (2020), “Guaidó acepta renuncia de Juan José Rendón”. *CNN Español* [online], 11 mai. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2020/05/11/alerta-venezuela-guaido-accepta-renuncia-de-juan-jose-rendon/> . Acesso em 12 de julho de 2020.
- VÁZQUEZ, Mauricio; DEL RÍO, Andrés. (2019), “A extrema direita decolando no Uruguai”. *Le Monde Diplomatique* [online], 18 out. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-extrema-direita-decolando-no-uruguai/> . Acesso em 12 de julho de 2020.
- YAFFÉ, Jaime. (2005), *Al centro y adentro: La renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay*. Montevideo: Librería Linardi y Risso.

RESUMO

Uruguai: novo realinhamento partidário ou toda democracia de partidos sólida se desmancha no ar?

O Uruguai sempre foi um país singular na América Latina, visto como exemplo de estabilidade, e isso não foi afetado mesmo com o realinhamento do sistema de partidos – antes bipartidário – ocorrido a partir da criação da Frente Ampla. A despeito disso, este artigo identifica, com base nas primárias e eleições nacionais de 2019, principalmente por meio de análise qualitativa de dados, mas também com evidências quantitativas, indícios de um desalinhamento e de novo realinhamento do sistema partidário. A análise da correlação de forças das frações dos partidos tradicionais e a comparação dos últimos pleitos com o histórico eleitoral de outros partidos além de colorados, blancos e Frente Ampla são o que permite tal diagnóstico. Percebem-se a emergência de agremiações antipartido ou fora da clivagem direita-esquerda e o aumento tanto da fragmentação partidária como do voto conservador.

Palavras-chave: partidos políticos; sistema partidário; Uruguai; eleições; Parlamento.

ABSTRACT

Uruguay: New Party Realignment or Does Every Solid Party Democracy Melts Into Air?

Uruguay has always been a unique country in Latin America, seen as an example of stability, and this image was not affected even with the realignment of the party system – previously bipartisan – that took place after the creation of the Broad Front. Despite this, this article identifies, based on the 2019 primaries and national elections, mainly through qualitative data analysis, but also bringing to the surface quantitative evidence, signs of misalignment and a new realignment of the party system. An analysis of the correlation of forces within the fractions of the traditional parties and the comparison of the last elections with the electoral history of other parties besides the *Colorados*, the *Blancos*, and Broad Front allows such a diagnosis. The emergence of anti-party associations or groups that place themselves outside the right-left categorization is noticeable, as well as the increase in both party fragmentation and the conservative vote.

Keywords: Political Parties; Party System; Uruguay; Elections; Parliament.

RÉSUMÉ

Uruguay: Nouveau Remaniement des partis – ou Toute Démocratie partisane solide se dissout dans l'air ?

L'Uruguay a toujours été un pays unique en Amérique latine, considéré comme un exemple de stabilité, et qui n'a pas été affecté même avec le réaligement du système des partis – autrefois bipartite – qui a eu lieu après la création de la *Frente Amplio*. Malgré cela, cet article identifie, sur la base des primaires et des élections nationales de 2019, principalement à travers l'analyse de données qualitatives, mais aussi avec des preuves quantitatives, des évidences d'un désalignement et d'un nouveau réaligement du système des partis. L'analyse de la corrélation des forces des fractions des partis traditionnels et la comparaison des dernières élections avec l'histoire électorale d'autres partis que *Colorados*, *Blancos* et *Frente Amplio* permet ce diagnostic. On constate l'émergence de groupes antipartis ou en dehors du clivage droite-gauche et l'augmentation à la fois de la fragmentation des partis et du vote conservateur.

Mots-Clés: Partis Politiques; Système de Parti; Uruguay; Élections; Parlement.

RESUMEN

Uruguay: ¿Un nuevo realineamiento partidario o toda la sólida democracia de partidos se deshace en el aire?

Uruguay siempre ha sido un país único en América Latina, visto como un ejemplo de estabilidad, y esto no se ha visto afectado ni siquiera con la realineación del sistema de partidos – anteriormente bipartidista – que tuvo lugar desde la creación del Frente Amplio. A pesar de ello, este artículo identifica, basándose en las elecciones primarias y nacionales de 2019, principalmente a través de análisis de datos cualitativos, pero también con pruebas cuantitativas, evidencia de desalineación y realineación del sistema de partidos. El análisis de la correlación de fuerzas de las fracciones de partidos tradicionales y la comparación de los últimos alegatos con la historia electoral de otros partidos además de colorados, blancos y Frente Amplio son lo que permite este diagnóstico. Se puede ver la aparición de agrupamientos antipartidistas o fuera del clivaje derecha-izquierda y el aumento de la fragmentación de los partidos como del voto conservador.

Palabras-clave: partidos políticos; sistema de partidos; Uruguay; elecciones; Parlamento.